

TERMO DE REFERÊNCIA**Processo Administrativo nº 207/2018****1. DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Referência se destina à contratação de empresa especializada para execução do serviço de instalação dos aparelhos de ar condicionado da Alagoas Ativos S.A., adquiridos para a nova sede desta Alagoas Ativos S.A, conforme projeto de climatização anexo.

1.2. Objeto da contratação:

ITENS	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
1	Instalação de oito ar condicionados (sendo um MULTI SPLIT), incluindo material e criação de mais um ponto de ar com tubulação de até 25m de distância

1.2.1. Aparelhos de Ar Condicionado:

1.2.1.1. Condensadora LG K7 18K 220/1 Q/F INVERTER;

1.2.1.2. Evaporadora LG K7 18K 220/1 Q/F INVERTER;

1.2.1.3. Painel LG VRF/MS K7 4 VIAS 24K A 48K.

1.2.1.4. Condensadora Springer Midea HW 22K 220 F;

1.2.1.5. Evaporadora Springer Midea HW 22K 220 F;

1.2.1.6. MS Daikin Condensadora de 18K + Evaporadora HW 9K QF;

1.2.1.7. Evaporadora Daikin MS HW 9K 220/1 Q/F;

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justifica-se a contratação desse serviço tendo em vista a necessidade de instalação, por empresa especializada, dos ar condicionados adquiridos através do Processo Administrativo nº 178/2018 para climatização e ambientação das salas 607, 608 e 609, CEP: 57.030-200, localizadas no Edifício Empresarial Delman, situado na Rua Sampaio Marques, nº 25, Pajuçara, Maceió/AL, locadas para servirem de sede definitiva para a Alagoas Ativos S.A.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O presente Termo de Referência guarda fundamento com a Lei 13.303/2016 (Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios) mais especificadamente no Capítulo I – Das Licitações e demais legislações aplicáveis.

3.2. Os serviços a serem contratados constituem-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Alagoas Ativos S.A, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

4.1. Do serviço de instalação de ar condicionados:

4.1.1. O Contratado deverá realizar a instalação de todos ar condicionados com fornecimentos dos materiais necessários à execução do serviço contratado.

4.1.2. A execução dos serviços de instalação dos ar condicionados será realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a partir da assinatura do contrato, no endereço constante da Cláusula 2 deste Termo de Referência, sendo o serviço considerado finalizado quando da instalação completa e funcionamento de todos os aparelhos.

4.1.3. Caberá ao Contratado a execução de instalação de mais um ponto de tubulação para instalação de evaporadora de 9000 BTUs, referente a condensadora de 18000 BTUs Bi Split.

4.1.4. Caberá ao Contratado a interligação elétrica de força aos equipamentos, bem como a interligação entre condensador e evaporador, além da interligação de todas as unidades evaporadoras aos respectivos pontos de drenos.

4.1.5. O fornecimento dos cabos, eletrodutos, curvas, conexões, conectores, entre outros equipamentos necessários à adequada instalação dos aparelhos são de responsabilidade da contratada.

4.1.6. Caberá à Contratada a realização das aberturas, caso necessite, em alvenaria necessária para a passagem da instalação dos ar condicionados;

4.1.7. Ao término dos serviços de instalação, a Contratada será responsável pelos serviços de acabamento como: argamassa, pintura, limpeza, entre outros serviços que necessitar.

4.1.8. Todos os materiais, equipamentos e instalações deverão estar de acordo com os regulamentos de proteção contra incêndio, especialmente os isolamentos térmicos que deverão ser feitos de material incombustível ou auto extingüível.

4.1.9. A Contratada deverá realizar a limpeza e remoção de todos os resíduos decorrentes do processo de instalação dos aparelhos.

4.1.10. Os serviços serão recebidos pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.1.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

4.1.12. Na hipótese de não se proceder à verificação a que se refere o subitem anterior dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

5.2. A empresa não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.3. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.3.1. Efetuar a prestação do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

5.3.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.3.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Contrato, o objeto com avarias ou defeitos;

5.3.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.3.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6. DO PRAZO CONTRATUAL

6.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, sendo contados a partir da data indicada no contrato, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Estado, valendo a data de publicação do extrato como termo da vigência, caso posterior à data convencionada;

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do

contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da empresa à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da empresa ou de seus agentes e prepostos.

9.3. O representante da empresa anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303, de 2016, e da Lei 12.846, de 2013, a Contratada que:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. Fraudar na execução do contrato;

10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. Cometer fraude fiscal;

10.1.6. Não manter a proposta;

10.1.7. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;

10.1.8. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a empresa pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

10.1.9. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a empresa pública.

10.2. A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas na Lei nº 13.303, de 2016, e da Lei 12.846, de 2013, observado o Decreto nº 4.054, de 19 de setembro de 2008.

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 83, da Lei nº 13.303, de 2016, a Contratada que:

10.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a empresa em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303, de 2016, e a Lei nº 6.161, de 2000.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à empresa pública, observado o princípio da proporcionalidade.

Maceió/AL, 25 de setembro de 2018.

FLÁVIA CLETO
Gerente Administrativo
Alagoas Ativos S.A